

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RENATA SUZANA RIBEIRO DE ARAÚJO

**OS SABERES DAS/DOS PROFESSORAS/ES SOBRE A BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR-EDUCAÇÃO INFANTIL**

João Pessoa/PB
2020

RENATA SUZANA RIBEIRO DE ARAÚJO

**OS SABERES DAS/DOS PROFESSORAS/ES SOBRE A BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR-EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim

João Pessoa/PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663s Araujo, Renata Suzana Ribeiro de.

OS SABERES DAS/DOS PROFESSORAS/ES SOBRE A BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR - EDUCAÇÃO INFANTIL / Renata Suzana
Ribeiro de Araujo. - João Pessoa, 2020.
61 f.

Orientação: Ana Luisa Nogueira de Amorim.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. BNCC. Currículo. Educação Infantil. I. Amorim, Ana
Luisa Nogueira de. II. Título.

UFPB/BC

RENATA SUZANA RIBEIRO DE ARAÚJO

**OS SABERES DAS/DOS PROFESSORAS/ES SOBRE A BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR-EDUCAÇÃO INFANTIL**

APROVADO EM: 03/04/2020

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim - UFPB
(Orientadora)

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca - UFPB
(Professor Examinador)

Profª Drª Maria Alves de Azeredo - UFPB
(Professora Examinadora)

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
MARÇO - 2020

Dedico esse trabalho a Deus, que sempre iluminou o meu caminho. A fé que tenho no senhor me ajudou a vencer as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças e ter iluminado o meu caminho durante o curso, sem a tua graça, eu jamais alcançaria a plena felicidade.

Agradeço à minha família que sempre esteve ao meu lado me apoiando.

Ao meu namorado Gabriel por sempre torcer junto comigo, sempre apoiando minhas decisões e comemorando cada conquista, por menores que fossem.

As minhas colegas de turma e projeto Luciana, Sônia e Mariana que sempre estiveram comigo nos momentos mais difíceis nas partilhas de trabalhos e conhecimentos.

Agradeço a esta Universidade por todas as oportunidades de participar de projetos acadêmicos que com certeza fazem uma grande parte na minha formação.

A minha querida orientadora Professora Dra. Ana Luísa Nogueira de Amorim por ter confiado ao meu trabalho no projeto Prolicen e neste TCC. Agradeço toda atenção, confiança, dedicação, conselhos e incentivos, sua competência me tornou uma profissional melhor.

A todos os/as Professores/as que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

*“Educar é crescer. E crescer é viver.
Educação é, assim, vida no sentido mais
autêntico da palavra.”*

Anísio Teixeira

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata dos saberes das/dos professoras/es sobre a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil. Tem como objetivo geral: Analisar de que maneira a BNCC para a Educação Infantil está sendo compreendida pelas/os professoras/es que mais frequentaram os Fóruns Temáticos do Programa de Apoio as Licenciaturas – PROLICEN. E como objetivos específicos: Apresentar como se deu o processo de elaboração da BNCC, com base em trabalhos já desenvolvidos; Identificar os conhecimentos das/dos professoras/es sobre a BNCC; Investigar como os Fóruns Temáticos têm contribuído para a formação das/dos professoras(es); Compreender se e como está sendo executada a BNCC na instituição das/dos professoras/es. Para embasar teoricamente nosso trabalho, contamos com as concepções de autores como Amorim (2011), Campos e Barbosa (2015), Gatti (2010), Kramer (2006 e 1986), Kuhlmann Jr. (2000), Paschoal e Machado (2009), entre outros que nos ajudaram a refletir sobre a educação infantil, além das leituras de documentos como RCNEI (1998), DCNEI (1999/2009) e BNCC (2017). Inicialmente fizemos uma breve análise da história da infância e educação infantil no Brasil, abordando da criação das creches e dos jardins de infância à promulgação da CF (1988) e a elaboração dos documentos onde a criança passou a ser considerada como sujeito de direitos. Abordamos o currículo destacando que o compreendemos como um conjunto de práticas com finalidades educativas e abordamos o surgimento do currículo, as teorias e como pensar o currículo como forma de garantia aos direitos das crianças. Entendemos que a BNCC é um documento plural, contemporâneo, e que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com utilização de questionário com 12 perguntas claras e objetivas, de múltipla escolha e abertas. As questões abertas foram voltadas para a identificação dos conhecimentos das professoras sobre a BNCC e as de múltipla escolha para os questionamentos voltados para a identificação dos sujeitos. O público alvo foi as professoras que mais frequentaram os Fóruns nos anos de 2018 ou 2019. O campo de pesquisa foi durante os Fóruns Temáticos na UFPB, Campus I e via e-mail. Em linhas gerais, foi possível identificar através do questionário que as participantes estão inteiradas no que diz respeito a BNCC para a EI e sua importância para a educação, que o documento ainda não condiz com a realidade vivida, onde trabalham já está havendo uma formação para a inteição e os fóruns temáticos foram de suma importância.

Palavras-chave: BNCC. Currículo. Educação Infantil.

ABSTRACT

This present final paper is about teacher's knowledges about the Base Nacional Comum Curricular for childhood education. Its general objective: Analyze how the BNCC for childhood education is being understood by teachers who more often went to "Fóruns Temáticos do Programa de Apoio as Licenciaturas – PROLICEN". And as specific goals: To present how the BNCC's elaboration process took place, based on works already developed; To identify the teacher's knowledges about the BNCC; To investigate how Thematic Forums have contributed to teacher's training; To understand if and how is being carried out the BNCC on teacher's institutions. To theoretically support our work, we count on the conceptions of authors like Amorim (2011), Campos e Barbosa (2015), Gatti (2010), Kramer (2006 e 1986), Kuhlmann Jr. (2000), Paschoal e Machado (2009), among others that helped us to reflect about *child education*, in addition to document readings like RCNEI (1998), DCNEI (1999/2009) e BNCC (2017). Initially we did a brief analysis of the history of childhood and childhood education on Brazil, approaching since the foundation of daycares and kindergartens until the enactment of CF (1988) and the elaboration of documents where the child came to be considered as a subject of rights. We approach the curriculum highlighting that we understand it as a set of practices for educational purposes and the emergence of the curriculum, theories and how to think of the curriculum as a way of guaranteeing children's rights. We understand that the BNCC is a plural and contemporary document, which establishes the set of essential and indispensable learning to which all students, children, youth and adults are entitled. A survey had a qualitative approach, with a questionnaire with 12 clear and objective questions, of choice and openness. The open questions were focused at the identification of teacher's knowledges about BNCC and multiple choice questions of questionnaires aimed at identifying the subjects. The target audience was the teachers who most used to frequent the Forums in the years 2018 or 2019. The research field was during the Thematic Forums at UFPB, Campus I and by e-mail. In general, it was possible to identify using quiz that the participants are aware of the BNCC for EI and its importance for education, that the document still does not match the reality experienced, where they work is already training for interaction and the thematic forums were of paramount importance.

Keywords: BNCC. Child Education. Curriculum.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EF – Ensino Fundamental

EI – Educação Infantil

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

LBD – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PROBNCC – Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular

PROLICEN – Programa de Apoio as Licenciaturas

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SEB – Secretaria de Educação Básica

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. APRESENTANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	10
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
2. CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	17
3. CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
4.BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	28
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	33
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
7. REFERÊNCIAS.....	53
8. APÊNDICES	56

1. APRESENTANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

Este trabalho trata dos saberes das/dos professoras/es sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Durante os anos de 2018 e 2019 participei como bolsista do Programa de Apoio as Licenciaturas – PROLICEN no projeto “Fórum Temático sobre Educação Infantil” coordenado pela Prof^a Dra. Ana Luisa Nogueira de Amorim. O projeto teve como principal objetivo realizar fóruns temáticos sobre Educação Infantil com professoras/es da Educação Infantil de creches, centros de referência e escolas dos municípios da grande João Pessoa/PB e com estudantes do curso de Pedagogia do campus I da UFPB, visando contribuir com o entendimento e o debate sobre a BNCC para a Educação Infantil.

O projeto do ano de 2018 teve o total de 6 fóruns temáticos (sendo 1 uma roda de conversa promovida pela coordenação do curso de Pedagogia para alunos novatos). Durante os fóruns debateu-se sobre os campos de experiência da educação infantil: 1- Conhecendo a BNCC: direitos de aprendizagem e campos de experiência; 2- O eu, o outro e o nós; 3- Corpo, gestos e movimentos; 4- Traços, sons, cores e formas; 5- escuta, fala pensamento e imaginação; 6- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

O projeto do ano de 2019 teve o total de 6 fóruns temáticos, sendo eles: 1- Conhecimentos matemáticos e educação infantil: um diálogo a partir da BNCC; 2- Infância e mídias; 3- Educação infantil, currículo, direitos de aprendizagem e a BNCC; 4- Ler e escrever na educação infantil: refletindo conceitos e vivências; 5- Educação infantil na perspectiva da educação inclusiva: desafios e práticas; 6- Educação Infantil e Educação do campo: saberes e fazeres da docência. Os fóruns tiveram total relevância para a formação continuada dos profissionais da educação infantil e para a formação inicial dos(as) estudantes em formação, considerando a complexidade do trabalho com as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos.

Partindo do pressuposto que a formação continuada é um aprimoramento, uma forma de enriquecer a aula,

A formação de professores profissionais para a educação básica tem que partir de seu campo de prática e agregar a este os conhecimentos necessários selecionados como valiosos, em seus fundamentos e com as mediações didáticas necessárias, sobretudo por se tratar de formação para o trabalho educacional com crianças e adolescentes (GATTI, 2010, p. 21).

Com as discussões dos fóruns, foi possível observar diversos posicionamentos das/dos professoras(es) sobre a BNCC no que se refere especificamente a Educação Infantil, argumentos positivos e negativos, dúvidas, questões como a integralidade e exclusão da população brasileira, currículo, o que ou não fazer, metodologias, a formação do pedagogo, o cuidar e educar etc. Visto que a BNCC é um documento normativo para as redes públicas e privadas, ela tem referência obrigatória para a elaboração de proposta de currículos para a Educação Infantil e já está homologada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) desde o ano de 2017 e até 2020 já deve estar implementada nas escolas, o que gera diversas reflexões a respeito desse currículo e sobre as atuais práticas pedagógicas.

O professor que reflete é um produtor do seu próprio desenvolvimento, por isso é de suma importância que essa reflexão seja feita pré e pós as ações no âmbito educacional.

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BRASIL, BNCC, 2017, p. 39).

Sabe-se que mesmo com 4 versões e longos processos de debates, a BNCC ainda gera dúvidas, discussões e reflexões a seu respeito, o fato é que o olhar das/dos professoras(es) da Educação Infantil diante da BNCC é de suma importância. Questões como: “Quais suas expectativas?” “Há formação para essa nova etapa?” “O que a BNCC vem trazer de benefício para as crianças?” “O que irá acontecer agora que não tinha antes?” “Como se adequar?” “O professor deve mudar seu olhar diante da criança?” “Está claro o que trabalhar?” “E a questão curricular?” “Qual o olhar diante as habilidades?” “A BNCC condiz com a realidade vivida?”.

Com base nas discussões dos fóruns, foi possível perceber como as/os professoras(es) estão despreparadas(os) para esse novo documento. Os

profissionais já atuantes na área muitas vezes se encontram desnorteados, uma vez que a BNCC é de caráter normativo e obrigatório, o que muitas vezes causa angústia, pois diante de numerosos trabalhos no âmbito escolar pouco se preocupa com a teoria. Para Freire (1987, p. 38), “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Assim, para que haja uma boa prática, é preciso uma boa teoria, e por meio dessa relação pode-se haver uma reflexão crítica, e com isso modificando os procedimentos educacionais dentro da “sala de aula”.

Os Fóruns Temáticos proporcionaram a muitas/muitos professoras(es) um entendimento maior sobre a Educação Infantil. No ano de 2018 com a discussão a respeito dos campos de experiência da Base Nacional Comum Curricular foi possível perceber a grande quantidade de dúvidas a respeito do documento e que atividades trabalhar com as crianças para alcançar os objetivos propostos. No ano de 2019 os temas foram selecionados a partir da análise do instrumento de avaliação respondido pelos participantes dos Fóruns do projeto de 2018, sendo indicadas temáticas de extrema importância para as/os professoras/es da Educação Infantil e alunas(os) do curso de Pedagogia.

Os Fóruns trouxeram debates e trocas de experiências fundamentais para a docência. Diante essas observações o Projeto Fóruns Temáticos sobre Educação Infantil me inquietou sobre os diversos olhares e conhecimentos das/dos professoras(es) diante desse documento normativo.

A partir desse interesse este trabalho tem como objetivo geral analisar de que maneira a BNCC para a Educação Infantil está sendo compreendida pelas/os professoras/es que mais frequentaram os fóruns nos anos de 2018 e 2019. E como objetivos específicos: Identificar os conhecimentos das/dos professoras/es diante a BNCC; Investigar como os Fóruns Temáticos têm contribuído para a formação das/dos professoras(es); Compreender se e como está sendo executada a BNCC na Instituição das/dos professoras/es.

1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como a pesquisa consiste na análise seguida de investigação, identificação e compressão dos conhecimentos das(os) professoras(es), reconhecemos essa pesquisa como de caráter qualitativa. Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, que segundo Godoy (1995):

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Sabendo que essa pesquisa tem como objetivo investigar os conhecimentos das/dos professoras(es) sobre a BNCC, a pesquisa qualitativa justifica-se como mais apropriada.

Para o desenvolvimento do trabalho segui o seguinte roteiro: revisão de literatura, da área de educação infantil e sobre as características da BNCC; construção dos critérios de escolha dos sujeitos de pesquisa; elaboração dos instrumentos de pesquisa; análise dos dados; e escrita do trabalho final.

Para auxiliar a escrita do trabalho, analisei artigos científicos, livros, documentos, leis como a Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) - Lei nº 8.069, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - Lei nº 9394/96; o Referencial Nacional para a Educação Infantil de (1998); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999/2009) e a Base Nacional Comum Curricular (2017).

A pesquisa foi realizada no Centro de Educação (CE), UFPB, Campus I, e via e-mail com as/os professoras/es participantes dos Fóruns Temáticos nos anos de 2018 e 2019. Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos através de uma seleção diante de maior frequência nos Fóruns, tomando por base os seguintes critérios:

- ter frequentado 3 ou mais fóruns nos anos de 2018 ou 2019;
- estar atuando na docência da educação infantil;
- ser professor(a) da rede pública de ensino.

As informações foram colhidas através de questionário (Apêndice B) com perguntas claras e objetivas, sendo de múltipla escolha e abertas. Segundo Gil (1999) o questionário define-se como:

[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 1999, p. 140).

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com 12 perguntas abertas e de múltipla escolha. As questões abertas foram voltadas para a identificação dos conhecimentos das professoras sobre a BNCC e as de múltipla escolha para os questionamentos voltados para a identificação dos sujeitos. Segundo Gil (2006, p.116) “A elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos.” Antes de responder a pesquisa os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A). Após a realização do questionário com as professoras, seguimos para análise dos dados da pesquisa.

A coleta de dados, como citado acima, foi realizada através de questionário (Apêndice B). O percurso ocorreu durante o último Fórum Temático sobre Educação Infantil realizado na UFPB, no Centro de Educação, e online através do e-mail disponibilizado pelos/as participantes. Foram disponibilizados ao todo 16 questionários, sendo 2 em campo e 14 via e-mail. Do total de questionários enviados tivemos o retorno de 7 participantes.

Para a realização do estudo, o trabalho foi estruturado em 5 capítulos. O primeiro trata da temática abordada na pesquisa e seus objetivos, apresenta o percurso metodológico, a estruturação e etapas da pesquisa. O segundo capítulo trata da Educação Infantil, sua trajetória histórica, direitos das crianças e documentos que garantem esses direitos. O terceiro trata do Currículo na Educação Infantil, destacando o surgimento, aspectos políticos, legais e normativos. O quarto refere-se a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, sua formulação, críticas e garantia dos direitos das crianças. E o quinto trata da análise dos dados da pesquisa, no qual foram analisadas as respostas das participantes e registradas as reflexões à luz da teoria estudada. Por fim, apresentamos as considerações finais do trabalho, abordando nossas considerações a respeito do que foi estudado.

2. CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabe-se que a partir de 1990 a Educação Infantil viveu diversas transformações e vem ganhando espaço no contexto escolar, desde que houve avanços em relação à publicação da Constituição Federal (CF) de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a partir de então os direitos das crianças começaram a ser reconhecidos. A consciência de que a criança é um sujeito de direitos e é de caráter obrigatório que ela tenha uma boa assistência e uma educação infantil de qualidade nas instituições educacionais, vem tornando-se cada vez mais importante. Conforme a Constituição Federal (1988) Art. 208, incisos I e IV:

Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, CF, 1988, p.160-161).

Entretanto, nem sempre foi desta forma. A história da Educação Infantil no Brasil e no mundo é marcada por um processo lento e difícil para as crianças e famílias. A desigualdade social, falta de interesse do poder público, a escola com diferentes funções e maus tratos, são exemplos dessa trajetória. Há quem diga que a Educação Infantil há anos atrás era apenas de caráter assistencialista, o que não é verdade, pois nas instituições americanas e europeias já se havia a preocupação de que essas instituições tivessem um caráter também pedagógico, tendo como exemplo os jardins de infância, criado pelo alemão Friedrich Froebel (1782-1852) em 1837 e se espalhando por todo continente europeu, porém nesse período no Brasil ainda não se falava nas instituições para as crianças menores de sete anos (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

No século XIX com a chegada da revolução industrial se fazia necessário a criação de instituições de cuidados as crianças, pois com o avanço da produção manual para a produção fabril, dessa forma, houve uma grande quantidade de mulheres entrando no mercado de trabalho, e com esse avanço com quem ficariam os filhos das trabalhadoras? Assim, as fábricas passaram a

colocar todos os membros da família dentro do ambiente de trabalho e passou a vender a força da mulher e dos filhos. Ainda durante a revolução industrial surgiu as indústrias modernas, o que mudou completamente os costumes das famílias que não tinham com quem deixar seus filhos. Nesse contexto surgiram as “mães mercenárias” essas que não escolheram trabalhar nas fábricas e passaram a cuidar dos filhos das mulheres que iam para as fábricas. Essas mães mercenárias desenvolviam atividades de comportamento com as crianças e ainda atividades de canto e memorização de regras. Segundo Rizzo (apud PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80), mesmo com esse aumento de trabalho para as mulheres, também houve o aumento de violência e mortalidade infantil, pois no propósito de deixar as crianças passivas e sossegadas, as castigavam e ainda havia a falta de comida e higiene. Esses acontecimentos passaram a ser costumes e vistos como normais na sociedade.

Segundo Didonet (apud PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 82) foi diante esses acontecimentos que as crianças começaram a ser notadas na sociedade, com um sentimento filantrópico, caritativo e assistencial, e começou a ser atendida fora da família. Mesmo com esse avanço, havia uma questão socioeconômica, onde as pessoas com poderes aquisitivos maiores pagavam babás para ficar com os seus filhos, enquanto os necessitados tinham que deixar as crianças sozinhas ou colocá-las em uma instituição de cuidado.

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As ideias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla (KUHLMANN JR., 2000, p. 11).

Foram então surgindo os maternais, creches e jardins de infância que tinham somente, no começo, o intuito do cuidado, higiene e alimentação. Em meados de 1769 o pastor Oberlim, na França, criou a “Escola de Principiantes” para as crianças de dois a seis anos de idade, onde apenas funcionavam para passeios, trabalhos manuais e histórias contadas. “As crianças deveriam aprender a ter hábitos de obediência, bondade, identificar letras do alfabeto,

pronunciar bem as palavras e noções de moral e religião” (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Outras escolas também foram criadas com este mesmo caráter, entre elas a escola de Robert Owen criada em 1816 na Escócia e a sala de asilo francesa que tinha como principal objetivo tirar as crianças das ruas e proporcionar-las o desenvolvimento na inteligência. O primeiro jardim de infância criado por Froebel tinha um caráter pedagógico e assistencialista e ainda mostrar as famílias como cuidar melhor de seus filhos.

No final do século XIX e começo do século XX os médicos, juristas, intelectuais e religiosos começaram a se preocupar com o que estava acontecendo no Brasil, mas particularmente com a infância pobre. Com a chegada dos europeus no Brasil e a grande inserção da mão-de-obra feminina, os movimentos operários começariam a ganhar forças, houve reivindicações dos direitos em relação à melhoria do trabalho, dentre esses, a criação de instituição de educação e cuidados para os filhos das trabalhadoras.

De acordo com Oliveira (apud. PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 83):

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor.

Desde então, as crianças passam a ser reconhecidas como cidadãs de direitos. Em 1990 houve a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (1990), constituído por um conjunto de normas com o objetivo de proteção integral das crianças. E ainda foi publicada pelo Ministério da Educação uma série de documentos cruciais como a Política Nacional de Educação Infantil, que visam às diretrizes pedagógicas e de recursos humanos, promovendo a melhoria da Educação Infantil. Entre essas melhorias estava a política de formação profissional de educação infantil no qual era necessária uma escolaridade mínima para atuação nas instituições.

Segundo Kramer (2006), as crianças vão começando a ter suas especificidades respeitadas, fazendo parte de um grupo e considerada como sujeito de direitos.

Assim, ao mesmo tempo em que começaram a ter sua especificidade respeitada, as crianças passaram a ser consideradas – ao longo destes 30 anos – cidadãs, parte de sua classe, grupo, cultura. Assistência, saúde e educação passaram a ser compreendidas como direito social de todas as crianças (KRAMER, 2006, p. 800).

O reconhecimento legal das crianças como cidadãs, portanto como sujeito de direitos, foi de suma importância. Com esses acontecimentos, defendia-se a melhoria de condições físicas, estruturais e de propostas pedagógicas e curriculares que melhor atendessem as crianças. Foi então que houve a necessidade de formação inicial e continuada desses profissionais. A partir do final dos anos de 1980 com os movimentos e pressões populares, foram inseridos nas políticas nacionais alguns pontos de discussões dos educadores e dos movimentos sociais.

Em 1996, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual foi a primeira a inserir a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica, rompendo com a concepção assistencialista.

Novas polêmicas, novas denúncias, novas reivindicações e mais um avanço jurídico: reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 1996). O reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica, ratificando uma política pública e colocando holofotes sobre a práxis pedagógica, que deveria romper com a perspectiva assistencialista e ser pautada numa concepção de educação infantil que levasse em consideração a complexidade dos sujeitos e da própria infância (CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 356).

Com a passagem de uma educação de cunho pedagógico para político e econômico, passa a ser um setor de investimentos de empresas privadas nacionais e internacionais; a educação toma novos caminhos, tornando-a direito de todos e dever do Estado e da família.

Na seção II, do Capítulo II da Educação Básica dispõe sobre a Educação Infantil e declara no Art. 29 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade,

em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, art. 29).

Em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, foi elaborado pelo Ministério da Educação o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) que tem como principal objetivo:

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (BRASIL, 1998, p. 13).

Através da Constituição Federal (CF) de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, do Referencial Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 1999/2009 começaram as mudanças para o campo da Educação Infantil.

Importante foi o papel desempenhado pelos movimentos sociais que conquistaram o reconhecimento, na Constituição de 1988, do direito à educação das crianças de 0 a 6 anos e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar fato esse direito (assegurada a opção da família), reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (KRAMER, 2006, p. 801).

Todos esses documentos e leis servem para amparar e orientar a educação, as instituições, seus currículos, os profissionais e as propostas pedagógicas. Com esses documentos foi se garantindo uma educação infantil de qualidade para as crianças e as mudanças nas qualificações dos professores foram se concretizando cada vez mais.

Do debate sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos nasceu a necessidade de formular políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil. Diferentes concepções de infância, currículo e atendimento; diversas alternativas práticas, diferentes matizes da educação infantil (KRAMER, 2006, p. 802).

Em 2006 o MEC com a Secretaria de Educação Básica (SEB), formula a Política Nacional de Educação Infantil para subsidiar a garantia e cumprimento das políticas públicas e o desenvolvimento das instituições de Educação Infantil. Deixando claro que “A educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação” (BRASIL, 2006). E tem como meta “Divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (Creches e pré-escolas) públicas e privadas (...)” (BRASIL, 2006).

A partir da Lei Nº 1.247/2006 houve uma modificação na LDB, mas apenas depois da Emenda Constitucional nº 59/2009 fica obrigatório a educação básica de 4 aos 17 anos, sendo o EF a partir dos 6 anos.

Nesse contexto, passa a se dar importância aos conteúdos ensinados nas creches e pré-escolas, o currículo vai sendo modificado e o educar vem sendo reconhecido como tão importante quanto o cuidar; é sobre isso que trata o capítulo a seguir.

3. O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde que houve os avanços legais na educação infantil, como a inclusão de creches e pré-escolas no sistema de educação na CF (1988), garantia do direito as crianças de 0 a 5 anos de idade na LDB (1996) e a educação infantil como primeira etapa da educação básica, começou-se a pensar nas instituições para além do cuidado e ser também educativa. Deste modo, foi necessário um novo olhar para esse nível e pensar em como organizar os conteúdos e as experiências que deveriam ser trabalhadas com as crianças; e desde então houve a necessidade em elaborar propostas pedagógicas e curriculares. Há quem ainda tenha a visão de que currículo para a educação infantil se faz desnecessário, pois resume currículo a lista de disciplinas e guia de conteúdos, o que não é verídico.

Ao falar de currículo na Educação Infantil, se faz necessário entendermos o termo no sentido etimológico da palavra que vem do latim “curriculum”, “pista de corrida”, “tempo corrido”. Acredito que o currículo é a organização de processos educacionais onde a prática pedagógica faz a mediação entre os sujeitos e as práticas, é aquilo que ocorre dentro da instituição escolar, não sendo uma perspectiva disciplinar ou conteudista e necessitando sempre de uma contextualização.

No texto “Currículo, conhecimento e cultura” de Antônio Flávio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau (2007), eles explanam significados para a palavra “currículo” em diferentes concepções na qual condizem com o meu entendimento, onde o currículo são intenções educativas que vão refletir na identidade dos sujeitos da escola. Currículo vem ser entendido como:

(a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18).

Pensar currículo é uma exigência legal e uma garantia dos direitos das crianças, e é também gerar experiências que irão desenvolvê-las de forma plena e integral, sendo assim é fundamental conhecer os documentos normativos e

legais. É necessário que os envolvidos tenham um olhar amplo para o currículo. Segundo Moreira e Candau (2007, p. 6), (...) “é preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas e fazer as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua organização interna”. Ou seja, para os autores

O currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do(a) estudante. [...]

O currículo é um campo em que se tenta impor tanto a definição particular de cultura de um dado grupo quanto o conteúdo dessa cultura. O currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno dos significados (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 28).

Com a ajuda de alguns autores podemos entender que no início dos anos de 1980 houve avanços na Educação Infantil. Sendo a militância para a garantia da criança como sujeito de direitos e produtoras de cultura, educação de qualidade, luta pelo reconhecimento legal deste campo, e pela implementação de políticas públicas.

As professoras e os professores de todas as épocas e lugares sempre estiveram envolvidos, de uma forma ou outra, com o currículo, antes mesmo que o surgimento de uma palavra especializada como “currículo” pudesse designar aquela parte de suas atividades que hoje conhecemos “currículo” (SILVA, 2010, p. 21).

Com a Constituição de 1988 houve mudanças e avanços marcantes na história da Educação. Desde então, muitas discussões tanto no âmbito de pesquisa e estudos, quanto governamentais e de políticas públicas foram exploradas. Por muito tempo as crianças pequenas ficaram desfavorecidas pelas leis, devido à políticas públicas educacionais ser orientadas por uma economia capitalista e neoliberal, priorizando o Ensino Fundamental.

Antecedendo a Constituição, em 1986, Sônia Kramer em seu texto “O papel social da pré-escola pública: contribuições para um debate” já falava sobre a pré-escola ser um direito da criança brasileira:

Partindo do princípio de que a pré-escola é direito da criança brasileira, parto, igualmente do princípio de que uma Constituinte que se pretende democrática deverá, no que se refere à população infantil, postular a obrigatoriedade por parte de Estado de oferecer creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos, de todas as classes sociais, garantindo que seja da família a decisão de efetivar ou não a matrícula (KRAMER, 1986, p. 78).

A educação básica tratava-se de assistencialismo e de saúde, ou seja, cuidados básicos relacionados a higiene, alimentação, comportamento, prevenção de doenças e um ambiente para ficar enquanto as mães trabalhavam. Como afirma Nascimento (2015):

A intenção de proteger a infância impulsionou a criação de várias associações e instituições para atendê-la nos mais diversos aspectos como, saúde e sobrevivência, direitos sociais e educação (NASCIMENTO, 2015, p. 17441).

A Constituição Federal (1988) estabelece a educação infantil como direito no Art.208, Inciso IV já citado neste trabalho, com o ECA (1990) com o intuito de proteger a criança, no Art.54, Inciso IV: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;” e a LDB (1996) reconhecendo legalmente a Educação Infantil no Art. 4º, 29 e 30 começa um olhar mais cidadão para a Educação Infantil.

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; [...]

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Porém os recursos destinados eram insuficientes visto que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF (1998) instituiu que o município deveria responsabilizar-se pela EI, enquanto iria contribuir apenas com o Ensino Fundamental, o que prejudicou de fato o atendimento as crianças.

No mesmo ano, é publicado o documento “Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998) onde atribuiu aos Conselhos de Educação a normatização, avaliação e orientação das instituições e a elaboração execução e avaliação da proposta pedagógica. Logo após houve o segundo volume chamado “Educação Infantil e Propostas Pedagógicas”, (BRASIL, 1998) onde apresenta elementos para discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Além da CF, ECA, LDB e PNE, outros documentos estavam sendo elaborados no Brasil, sendo eles a Política Nacional para a Educação Infantil (1994; 2005), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999; 2009).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) “reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil” (Art. 2º). Sendo a de maior referência na elaboração da BNCC no que se refere a Educação Infantil, as DCNEI se destacam por seus conceitos explícitos e implícitos sobre currículo, infância e criança. Sendo currículo na Educação Infantil:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, DCNEI, 2009, art. 3º).

Desse modo, fica claro que, a criança está no centro do processo educativo e o professor precisa garantir experiências articulando saberes já obtido por elas e escutar suas curiosidades e interesses, além do desenvolvimento físico, afetivo, social, linguístico e cognitivo das crianças, enxergando que momentos podem ser vividos naquele momento específico da

aprendizagem da criança para que os objetivos sejam alcançados. A criança precisa interagir com o seu meio físico e social se apropriando de diversas habilidades.

A formação de profissionais da educação infantil – professores e gestores – é desafio que exige a ação conjunta das instâncias municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada (em serviço ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores) quanto na formação inicial no ensino médio ou superior (KRAMER, 2006, p. 804).

As DCNEI assim como a BNCC são de caráter normativo e são referenciais de extrema importância para a Educação Infantil, pois evidenciam um trabalho com as crianças nas instituições educativas que respeitam os ritmos e saberes infantis, propondo com o primeiro inciso do artigo 7º das DCNEI “Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais” e quarto inciso, promovendo a “igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância”.

O debate sobre o currículo na Educação Infantil está envolvido com as determinações de uma Base Nacional que apresentam direitos e objetivos de aprendizagem das crianças e instruí a produção de currículos nas instituições de ensino. Neste campo, o assunto currículo gera dúvidas e polêmicas, visto que currículo, para muitos, é uma sequência de conteúdos disciplinares que serão “transmitidos” aos estudantes.

Devemos compreender que a EI é um direito de todas as crianças, e o currículo deve estar envolvido nesse contexto, para a Professora Dra. Ana Luisa o currículo é:

(...) os conteúdos e as experiências a serem vivenciadas pelos indivíduos em formação, compreendemos que pensar e organizar o currículo da Educação Infantil é uma questão de garantir o direito das crianças a terem acesso a experiências de conhecimento e de desenvolvimento que proporcionem a elas desenvolverem-se de forma plena e integral (AMORIM, 2011, p. 23-24).

É de grande importância que a criança esteja no centro deste planejamento curricular, que será através dele que ela irá construir uma identidade pessoal e coletiva, é justamente o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem orientar as/os professoras(es) e escolas. E é sobre ela que falaremos no capítulo seguinte.

4. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO INFANTIL

Formulada entre os anos de 2015/2016 pelo Ministério da Educação e homologada no dia 20 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. (BRASIL, 2017). Através dela as escolas públicas e particulares passam a ter uma referência nacional de caráter obrigatório, passando a elaborar ou adequar seus currículos e propostas pedagógicas.

A BNCC é um documento de caráter normativo que visa estabelecer a qualidade na educação básica brasileira. Foi proposta a partir de determinações legais oriundas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e sua revisão apresentada na Lei 12796/2013 que insere a Educação Infantil na Base Curricular Comum Curricular.

De forma visível ou não, a ideia de se ter uma Base Nacional Comum Curricular já estava presente desde a Constituição Federal (1988), quando se falava no artigo 210 sobre “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

A BNCC foi construída em conjunto com o Ministério da Educação (MEC) em parcerias com estados e municípios e contribuições de educadores e especialistas nacionais e internacionais. Em 2018, iniciou-se o processo de implementação da Base em todos os Estados. Com a ajuda do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) que foi lançado pelo Ministério da Educação, tem a iniciativa de apoiar os estados e municípios no processo de reelaboração de seus currículos.

A base não deve ser vista como um currículo, mas sim como um conjunto de orientações norteadoras, tendo como principal objetivo “promover mudanças na educação dos países, especialmente no currículo e avaliação e, consequentemente, na formação docente, entre outros.” (PERONI; CAETANO, 2014, p. 344).

Com a Constituição de 1988, passou a ser dever do Estado atender as crianças de 0 a 6 anos de idade nas creches e pré-escolas. Em 1996, com a

publicação da LDB, a EI começa a ser parte da Educação Básica. E em 2006, com a mudança na LDB a EI passa a atender as crianças de 0 até 5 anos de idade. Portanto, mesmo a educação sendo um direito de todos e dever do Estado, a EI é obrigatória apenas para as crianças de 4 e 5 anos.

A Base estabelece objetivos de aprendizagens por meios das competências e habilidades essenciais, e o currículo irá definir como esses objetivos serão alcançados, traçando estratégias pedagógicas mais adequadas. Desse modo, a BNCC não é o currículo, e sim uma referência para elaboração do mesmo.

A BNCC retoma as concepções das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009) possibilitando a reflexão dos(as) professores(as) sobre suas práticas docentes na Educação Infantil. Pensando desta forma, o(a) professor(a) afasta-se da ideia de que “professor é aquele que ensina” como vigora no dicionário e no imaginário social, e sai do centro do processo de aprendizagem, deixando que a criança trilhe sua construção do conhecimento, sendo aquele que irá possibilitar organizações de tempo, material, possibilitando aprendizagens, descobertas e investigação com e para as crianças. A BNCC propõe ao(a) professor(a) desenvolver novas habilidades de escuta e olhares sensíveis às crianças, elaborar novas formas de avaliar, não usar o livro como manual e ser mediador nas investigações e aprendizagens das crianças.

Porém sabemos que existem as duras críticas a respeito da BNCC, fatos como a diversidade cultural e econômica, infraestrutura precária e pouco investimento em formação docente são obstáculos para que as competências saiam do papel. No artigo “Entreatos: precisamos de BNCC ou seria melhor contar com a base? A Base Nacional Comum Curricular de Educação Infantil” (2016) elaborado por Marcia Aparecida Gobbi problematiza a BNCC para a EI. O termo “base” utilizado no título do artigo, refere-se a “(...) um antigo jargão usado para referir-se aos trabalhadores que ocupavam o chão da fábrica, a base política e majoritária, porém, esquecida”. A autora faz diversas críticas a respeito da base envolvendo diversos fatores, entre eles:

(...) para que propor uma base curricular e de caráter nacional, quando ainda precisávamos conhecer melhor, nos apropriar e materializar as Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais, parece-me, ainda não

tenham atingido sua força total? Quais interesses encontram-se nesses caminhos? Inspirada em Alice pergunto: Alguém pode dizer o caminho, por favor? (GOBBI, 2016, p. 120).

A autora também faz julgamentos rígidos a respeito dos direitos apresentados pela BNCC. Fala sobre a palavra “direitos” vir para apaziguar os ânimos, pois é um fato que ninguém negaria sua importância.

Como consta no documento usado para as reflexões nesse artigo, é imprescindível inegavelmente o direito a conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se que adquirem aspecto genérico e neutro como se “direitos” fossem despossuídos de história e contextos sociais, como se os mesmos magicamente acontecessem a partir da postulação de um currículo. Afinal, quais os contextos em que esses chamados direitos acontecerão e foram determinados como direitos? O caráter universalizante de uma base curricular, seguramente, não os garantirá e necessitamos, ao fazer um exercício sociológico simples, desnaturalizá-lo e assim promover debates mais aprofundados (GOBBI, 2016, p. 123-124).

Neste momento não irei debater detalhadamente cada ponto tocado pela autora do artigo, pois está além dos objetivos deste trabalho, mas pode ser um aspecto a ser estudado em trabalhos posteriores. Mesmo com todas as críticas, é importante reconhecer que a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil possui qualidades superiores a BNCC dos demais níveis, pois trás os eixos estruturantes, interação e brincadeira e é a partir da brincadeira e da interação que ela desenvolve, nesta etapa, as estruturas, habilidades e competências que serão importantes ao longo de toda a vida. Devemos entender que com a Base em vigor e precisando ser implementada é necessário que tenha uma compreensão melhor do documento e saber como elaborar um currículo de qualidade para esta etapa. E é a partir daí que entra o papel da formação inicial e continuada para as/os professoras/es e também pesquisas como esta que buscam entender como as/os professoras/es estão se preparando ou não para a implementação da BNCC em seu contexto de prática docente.

O professor tem um papel fundamental e é de extrema necessidade que trabalhe de forma efetiva para garantir os direitos considerados fundamentais. “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de

situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BNCC, 2017, p. 37).

A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, define 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que se fazem necessários para com as crianças e as situações que lhe convidam a interagir, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BNCC, 2017, p. 36).

Pensar a criança como sujeito de direito é vê-la como indivíduo histórico que produz cultura na relação com o meio em que vive e consigo mesma. Os direitos apresentados pela BNCC são fundamentais para os campos de experiência. A BNCC para a Educação Infantil organiza os grupos de faixa etária da seguinte forma: bebês (0 a 6 meses de idade), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

A BNCC também trás 5 campos de experiências: eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimento; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências (BNCC, 2017, p. 38).

Nesta proposta de organização curricular, a criança é o sujeito ativo no processo de aprendizagem e desenvolvimento, os conhecimentos adquiridos pelas crianças estão relacionados às suas experiências ao explorar, conhecer-

se, conhecer o outro, sentir, imaginar, manipular, protagonizar, narrar acontecimentos, assim agindo e produzindo cultura. Os interesses e necessidades das crianças devem ser levados em consideração; as práticas devem ser lúdicas e com intencionalidade, usando diversos espaços, materiais e diferentes linguagens.

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BNCC, 2017, p. 37).

O educador deve pensar qual o seu papel diante das vivências, como promover práticas pedagógicas, proporcionar vivências que auxiliem a desenvolver capacidades cognitivas.

Seguindo essa concepção, o documento da BNCC para a educação infantil é mais do que uma lista de atividades e/ou objetivos a serem cumpridos, antes é um documento que apresenta a defesa de uma determinada concepção de educação, de uma função da educação infantil e de qual deve ser o currículo privilegiado (CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 360).

Com todo o reconhecimento da educação como um dos direitos sociais, além de ser um grande avanço, trouxe desafios para o Estado Nacional, em relação à garantia desse direito. Sabe-se que a formação de professores que atuam em creches e pré-escolas no Brasil é precária e de fato é um assunto que deve ser discutido e aprimorado.

Para nós, a formação continuada de professores deve ser pensada a partir do seu campo de prática, da faixa etária das crianças, da realidade vivida. É o ponto de partida de um longo percurso profissional, tornando o profissional capaz de garantir o direito da criança.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Analisando os dados do perfil das/dos Professoras/es que participaram da pesquisa, percebemos que todas são do sexo feminino. No que se refere a faixa etária, apenas uma respondeu que tinha de 20 a 30 anos, 4 responderam que tem de 30 a 40 anos, 2 de 40 a 50 anos. Sobre a formação acadêmica 6 são formadas em Pedagogia e 1 em Psicologia, sendo 3 com pós-graduação em supervisão e orientação, educação inclusiva, e mestrado em Psicologia. Sobre o município de atuação, 2 atuam em Bayeux, 2 em João Pessoa, 2 em Santa Rita e 1 não respondeu. Em relação à função, 4 são professoras, 1 gestora, 1 supervisora e 1 técnica de coordenação. A faixa etária da turma na EI da grande maioria é de 2 a 5 anos de idade. E sobre o tempo de atuação profissional, 3 trabalham de 1 a 5 anos, 3 de 5 a 10 anos e 1 de 20 a 30 anos.

Tabela 1: Perfil das professoras

Idade	Formação Acadêmica	Faixa etária da turma	Tempo de atuação
Entre 20 e 30 anos	Sup.Completo em Ped. Pós-graduação em supervisão e orientação	0 a 5 anos	1 a 5 anos
Entre 30 e 40 anos	Sup. Completo em Ped.	2 a 3 anos	5 a 10 anos
Entre 40 e 50 anos	Sup. Completo em Psicologia Mestrado em psico. e especialização em psicopedagogia	Não é Professora	20 a 30 anos
Entre 30 e 40 anos	Sup.Completo Ped.	2 a 5 anos	1 a 5 anos
Entre 30 e 40 anos	Sup. Completo Ped. especialização em ed.inclusiva	5 anos	5 a 10 anos
Entre 40 e 50 anos	Sup. Completo em Ped.	3 a 5 anos	1 a 5 anos
Entre 30 e 40 anos	Sup. Completo em Ped.	2 a 3 anos	5 a 10 anos

FONTE: Pesquisa de campo, 2019-2020

Observando os dados anteriores, podemos concluir que são professoras com experiência e atuantes na área com certo conhecimento, tendo em vista todas terem uma formação acadêmica, especialização ou mestrado.

Na segunda parte da pesquisa foi questionado sobre os saberes das professoras. Considerando que as professoras já são atuantes na área e participantes dos Fóruns Temáticos (2018 e 2019), as mesmas estão aptas a responderem o questionário abordado nessa pesquisa.

Questionadas a respeito do que elas entendem por currículo, as participantes responderam:

Participante A: “É uma construção social, uma sistematização do conhecimento. Ele não é neutro. Ele expressa a intencionalidade pedagógica”.

Participante B: “Currículo é uma prática viva, construído pelas crianças e educadoras na instituição de ensino. Representando a identidade da escola, sendo a garantia da autonomia do professor e creche”.

Participante C: “O meu entendimento sobre currículo está baseado no conceito presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009): como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e saberes das crianças (aquilo que elas trazem de seu cotidiano) com os conhecimentos científicos, que estão relacionados ao patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. (Art 3º)”.

Participante D: “São os conhecimentos sistematizados por um determinado grupo”.

Participante E: “A BNCC coloca em ênfase esta dinâmica onde 60% da proposta curricular é determinada pelo MEC e deve ser comum a todo os Estados Brasileiro e outros 40% fica em responsabilidade dos Estados e Municípios elaborá-la”.

Participante F: “Currículo é tudo aquilo que é planejado para os alunos, é a prática com uma intenção pedagógica”.

Participante G: “São os conteúdos que direcionam as atividades a serem trabalhadas”.

Analisando as respostas das participantes, percebemos que elas definem currículo na articulação com o que está posto nos documentos nacionais, em especial BNCC e DCNEI, sendo o currículo uma forma de assegurar as aprendizagens essenciais. Vale salientar que BNCC não é currículo, ela é uma referência obrigatória para a construção curricular, os currículos devem conter as competências, habilidades e conhecimentos expostos na BNCC, incluindo suas metodologias e abordagens pedagógicas de acordo com a realidade local. Para Barbosa *et al.* (2016):

Presentemente, o debate sobre o currículo na Educação Infantil convive com as determinações legais e elaboração de uma Base Nacional Comum para a Educação Básica que aponte os direitos e

objetivos de aprendizagem das crianças e oriente a produção de currículos nos sistemas de ensino e nas escolas (BARBOSA *et al.*, 2016, p. 14).

A fala da Professora B me chamou bastante atenção, pois ela mostra sua interpretação pessoal, o seu olhar diante sua vivência.

Na segunda pergunta, foram questionadas a respeito da importância do currículo, as participantes responderam:

Participante A: “Ele é o norte, a vida e a intenção de uma instituição. Através de sua proposta podemos ter clareza de quais cidadãos queremos para nossa sociedade. Não podemos esquecer do currículo oculto, ele e suas ações são fundamentais para proposta pedagógica”.

Participante B: “O currículo representa a prática pedagógica sendo importante para a seleção dos temas a serem trabalhados nas vivências na Educação Infantil”.

Participante C: “O currículo é importante por ser um instrumento orientador para organizar as atividades a serem realizadas com/pelas crianças pela mediação do professor, articulando com as famílias”.

Participante D: “Ele válida ou impedi determinados conhecimentos, impactando assim, na formação identitária e subjetiva do ser humano. Daí sua importância, ele pode auxiliar a manter ou transformar a sociedade, dependendo do que seja contemplado nele”.

Participante E: “O currículo hoje me dá um norte de quais habilidades podemos enfatizar no processo de aprendizagem das nossas crianças não esquecendo suas vivências e sua faixa etária”.

Participante F: “O currículo é tudo, ele é norteador para a organização de atividades e orienta a escola”.

Participante G: “Ele é de extrema importância para o ensino aprendizagem, pois norteia os professores”.

As falas acima vão ao entendimento de Moreira e Candau (2007, p. 18), quando falam que o “Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas”. O currículo são as experiências escolares que estão em volta do conhecimento, contribuindo com a construção das identidades dos estudantes. As participantes falam sobre o currículo ser norteador para a prática docente, o planejamento de uma ação, a teoria da prática e que através dele formamos cidadãos. Portanto, o currículo precisa oferecer experiências que contribuam positivamente para o desenvolvimento físico, afetivo, social, linguístico e cognitivo das crianças (BARBOSA *et al.*, 2016).

Questionadas sobre o que é a BNCC e qual a importância deste documento para a educação, as participantes responderam:

Participante A: “A BNCC é um documento normativo, que visa estabelecer uma BASE nacional comum e todas regiões. A importância é tentar criar possibilidades”.

Participante B: “A BNCC é um documento que normaliza os direitos de aprendizagens das crianças para serem executados nos planejamentos escolares”.

Participante C: “A BNCC – Base Nacional Comum Curricular – é um documento de caráter normativo que estabelece um conjunto de aprendizagens importantes a serem desenvolvidas por crianças e alunos em todas as modalidades da Educação Básica, que serão atreladas com os conhecimentos específicos de cada região, conforme é discriminado pela LDB e o PNE. A sua importância é ser subsídio para a construção dos currículos nos diferentes municípios, uma vez que a BNCC mostra o que deve ser desenvolvido de forma comum, cabendo aos municípios ser específico nos saberes e conhecimentos de sua região, além de dizer o como deve ser desenvolvido/ suas estratégias”.

Participante D: “É um documento normativo que serve como base para a construção da parte comum do nosso currículo (os 60%). É importante talvez mais para os governantes que para nós educadores, por em alguma medida, uniformizar parte do currículo e ser mais fácil para realizar as avaliações nacionais. Sua importância se dá também por estar trazendo para os CREIs e escolas o debate sobre o currículo. Algumas escolas e CREIs fazendo o trabalho de replicar e colocar a BNCC no centro do seu currículo, outras por meio desse debate estão trazendo as crianças (no caso da Educação Infantil) para o centro desse currículo, e ainda, outras totalmente perdidas diante desse assunto, estão procurando se achar. Mas esse debate, BNCC e currículo estão circulando e isso já é, um mínimo, mas um feito importante para educação”.

Participante E: “Ela é um documento normativo que define as aprendizagens que TODOS os alunos devem desenvolver em cada etapa da educação básica. Sua importância estar em “encontrar” um caminho que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, tendo uma base comum a todos e uma base que deve ser construída por cada município e Estado. Estamos vivendo um período de transição que na qual Paulo Freire já citava e defendia nos anos 60 no que diz respeito ao processo dialógico (nós aprendemos quando vivemos, vivenciamos e expressamos o que vimos). Nossas crianças são sujeitos ativos, que fala, pensa, constroem juntos e não, aquelas crianças passivas que apenas ouvia o que o professor dizia”.

Participante F: “A BNCC é um documento normativo, onde existem os direitos das crianças e as competências nas quais as instituições devem garantir”.

Participante G: “É a Base Nacional Comum Curricular, serve para as redes públicas e particulares com objetivo de nortear

o ensino, ela é referência obrigatória para elaboração dos currículos”.

Nesta questão obtivemos respostas bem parecidas umas com as outras. É de extrema relevância que as professoras saibam de fato o que é a BNCC e qual sua importância, pois sabe-se que muitos sequer ainda abriram o documento. É através destas respostas que podemos ver o quanto estas profissionais estão inteiradas do assunto.

A BNCC mostra uma nova forma de ensinar, ela propõe uma mudança na atuação da/do professora/or, passando de detentora/or do saber, para mediadora/or. Fazemos uma observação na resposta da Participante D, pois ela faz uma crítica a respeito do documento, talvez seja mais importante para os governantes do que para os educadores, porém ela também mostra a importância do documento falando sobre a discussão do currículo agora nos CREIs. Esta visão nos mostra um conhecimento importante a respeito da base, que existem as críticas, porém ele é importante, que mesmo sendo um documento ainda com lacunas e opiniões diversas, está em vigor e precisa ser implementado.

Na quarta questão, perguntamos se já possuíam conhecimentos prévios sobre a BNCC antes de participar dos Fóruns Temáticos, as participantes responderam:

Participante A: “Sim, e muitas dúvidas também”.

Professora B: “Sim. Pois já atuo alguns anos na educação infantil e a BNCC já estava sendo discutida na rede pública de ensino de Bayeux”.

Professora C: “Sim”.

Professora D: “Não”.

Professora E: “Sim. nas formações do PNAIC (2017) se conversava sobre a BNCC e nas formações proporcionada pela secretaria de educação também se falava sobre o que propunha a BNCC”.

Participante F: “Não”.

Participante G: “Sim”.

A resposta da professora “A” nos chamou bastante atenção, pois foi o que mais observamos durante os fóruns nos anos de 2018 e 2019. Os fóruns de 2018 visaram contribuir com o entendimento e o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil,

Com o propósito de debater, à luz dos teóricos, os campos de experiências da educação infantil propostos pela BNCC, a saber: 1- O eu, o outro e o nós; 2- Corpo, gestos e movimento; 3- Traços, sons, cores e formas; 4- Escuta, fala, pensamento e imaginação; e 5- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; de modo a entender como o documento traz esses campos e como eles devem ser realizados na práxis, levando em consideração a realidade das crianças e dos espaços” (PROJETO PROLICEN, 2018, p. 10).

Durante os primeiros fóruns observamos professoras/es com muitas dúvidas, e estavam ali realmente para entender o que é a BNCC, como trabalhar, o que mudou, como garantir os direitos das crianças etc. Durante o ano houve uma grande frequência contínua dos participantes, os fóruns foram sem dúvidas uma formação continuada para as/os professoras/es e uma formação inicial para os/as estudantes de Pedagogia.

Nos fóruns de 2019 continuamos com uma grande parte dos participantes do ano anterior e novos participantes. Tivemos temáticas a respeito da EI que também contemplavam aspectos a respeito da BNCC, tendo em vista que o objetivo era

realizar fóruns temáticos que visam apresentar e debater temas relevantes que envolvem a docência na educação infantil, tendo como público alvo professores(as) de Educação Infantil de creches, centros de referência e escolas dos municípios da grande João Pessoa/PB e estudantes do curso de Pedagogia do campus I da UFPB (PROJETO PROLICEN, 2019, p. 5).

Na quinta questão foi perguntado quais as implicações da BNCC para a atuação pedagógica das professoras. Nesta pergunta apenas uma participante não respondeu.

Participante A: “Me instigou a pesquisar mais, a refletir melhor a criança e seus direitos de ser ouvida, participar, de brincar, de conviver...”

Participante B: “As implicações estão principalmente no planejamento, os olhares sobre as vivências nas salas de atividades como planejar e o que planejar”.

Participante C: “As implicações da BNCC para a atuação pedagógica é pensar com esses princípios podem ser concretizados na prática pedagógica, considerando o desenvolvimento integral das crianças, garantindo suas aprendizagens”.

Participante D: “Ela vem me apoiar na forma que eu já compreendia a educação infantil, me possibilitando trabalhar de forma mais fluida, com campos de conhecimentos e vivências menos conteudistas e preparatórias para a vida

escolar ou redutora do ser a meros decodificadores do sistema alfabético. Só de ter um documento que me auxilie a convencer os gestores e a própria secretaria de educação a quebrar com essa ideia arcaica de disciplinas, de conteúdos estanques, vejo como um grande ganho. A BNCC vem implicando de forma positiva na minha prática. Claro que deixa também um desafio de construir a ideia que existe mais currículo que isso, tem nossos saberes, a cultura regional e local, as culturas infantis dos grupos de crianças que trabalham comigo. Mas vejo isso como um segundo passo a dar, pois preciso de mais folego para isso”.

Participante E: (Não respondeu).

Participante F: “São diversas as implicações, uma delas está relacionado ao planejamento e atuação pedagógica”.

Participante G: “As implicações se referem a um novo olhar pedagógico, que iram estimular o protagonismo das crianças”.

Podemos perceber nessa questão que as participantes têm respostas positivas em relação às implicações da Base, pois ela instiga a pesquisar, conhecer e fazer reflexões da prática de forma a garantir os direitos das crianças. Destaco a fala da participante D onde faz uma crítica pessoal relacionada a “convencer os gestores e a própria secretaria de educação a quebrar com essa ideia arcaica de disciplinas, de conteúdos estanques”. Entendo que a participante possui conhecimentos que vão contra ao sistema, pois como ela também mostra em sua fala “Ela vem me apoiar na forma que eu já compreendia a educação infantil” ela deixa a entender que já possuía uma visão semelhante ao que Base trás e agora como lei seu trabalho ficará mais fluído.

Questionadas sobre o que a BNCC traz de benefício para as crianças, as participantes responderam:

Participante A: “Com a BNCC vejo que há uma grande discussão sobre a aprendizagem através das experiências.”

Participante B: “A Educação Infantil tem documentos antes da BNCC como: RCNEI e DCNEI que já dialogavam o que desenvolver como prática. O maior benefício seria que a BNCC é lei e deve ser cumprida”.

Participante C: “Na verdade, muitos dos seus princípios já estão postos nas DCNEI. Assim, ela destaca a concepção de crianças, trazendo para o centro do planejamento; além de enfatizar a necessidade de considerar o desenvolvimento integral da criança, considerando as diferentes faixas etárias (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas), o que ajuda a ampliar as possibilidades de trabalho com as crianças, a partir

de suas experiências cotidianas, contexto em que estão inseridas e da garantia de seus direitos”.

Participante D: “Assim como nas Diretrizes ela deixa claro sua concepção de infâncias e crianças. Evidenciar a existência dessas pluralidades e singularidades. Compreendendo a criança como sujeito de direitos, produto e produtor de cultura, vejo como valiosos benefícios para as crianças”.

Participante E: “Focaremos em desenvolvimento de habilidades, não mais com aquela “ preocupação” de que as crianças eram obrigada a memorizar e escrever letras, numerais de uma forma copista(fazer cópias) e cobrir pontinhos”.

Participante F: “A BNCC trás uma nova forma de ensinar, com mais qualidade, o lúdico deve esta sempre em constante movimento com as atividades, isso ajudará a abrir a mente de muitos professores”.

Participante G: “A garantia do desenvolvimento de competências e habilidades”.

Nesta questão podemos observar que as participantes falam sobre as DCNEIS já terem alguns princípios da BNCC, o que é verdade, pois as DCNEI já colocavam a criança como foco, reforçavam a ideia do acesso ao conhecimento cultural e científico, o contato com a natureza, colocavam em foco as interações e brincadeiras como eixos estruturantes do currículo, a relação entre o cuidar e educar etc., coisas que a Base reforça e valida.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, assim com a Base Nacional Comum Curricular, são referências importantes, não apenas pelo seu caráter normativo, mas especialmente, por evidenciar um amadurecimento da epistemologia do trabalho com as crianças em instituições educativas (BARBOSA *et al.*, 2016, p. 18).

Assim, a brincadeira deve ser colocada em primeiro lugar, deixando as crianças interagirem, construírem, usarem a linguagem verbal e corporal, cantarem, contar histórias etc. Sendo tudo articulado às proposições trazidas pelas/os professoras/es.

As participantes foram questionadas se no documento está claro o que trabalhar:

Participante A: “Não”.

Participante B: “A BNCC na Educação Infantil é bem resumido os seus objetivos nos campos de experiência. Sendo necessários estudos de outros documentos para compreendê-las melhor”.

Participante C: “Não, traz linhas gerais no que se refere aos objetivos de desenvolvimento e aprendizagem, necessitando os

professores fazerem o aprofundamento, saindo da lógica de conteúdos e refletindo sobre os saberes e conhecimentos, a partir de seus contextos”.

Participante D: “Vejo que deixa aberto para várias interpretações”.

Participante E: “Claro não está. Porque estávamos acostumados em “trabalhar” com nossas crianças os conteúdos em si, ou seja, seguíamos uma sequência alfabética, contagens de forma mecânica sem se importar em trabalhar o lúdico (brincando e ensinando)”.

Participante F: “Na minha opinião não, o que está precisando é de mais formação para um melhor entendimento. Gostaria que estivesse mais claro, mostrar o como realmente trabalhar, atividades e brincadeiras”.

Participante G: “O documento ainda não está claro o que trabalhar, será um processo longo”.

Observando as respostas das participantes, vemos que todas respondem que no documento não está claro o que trabalhar, pois o documento é resumido e deixa aberto para interpretações. As participantes também falam sobre a necessidade de estudar mais profundamente para compreender e sobre a necessidade de formação. Concordamos com as participantes, a Base especificamente para Educação Infantil é um documento que está aberto para diversos olhares, é necessária uma formação, estudos e rodas de conversa para que fique mais claro como trabalhar. E foi com esta intenção que aconteceram os Fóruns Temáticos, especificamente o do ano de 2018 que visou contribuir com a formação dessas professoras a respeito da BNCC para a EI.

No cenário de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na rede municipal e privada de educação, surgem novas e crescentes demandas por fundamentos teóricos e metodológicos frente às prerrogativas da Base. Por essa razão, o principal objetivo do projeto foi realizar fóruns temáticos sobre Educação Infantil, com professores da Educação Infantil de creches, centros de referência e escolas dos municípios da grande João Pessoa/PB e com estudantes do curso de Pedagogia do campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), visando contribuir com o entendimento e o debate sobre a BNCC para a Educação Infantil (PROLICEN, 2018).

Sobre se a BNCC condiz com a realidade vivida nas instituições, as participantes responderam:

Participante A: “Na maioria das instituições não! Principalmente nas escolas privadas”.

Participante B: “A BNCC é um norte a ser seguido como currículo de cada instituição de EI. Para se trabalhar com a realidade das crianças”.

Participante C: “Não. Ainda está em processo, uma vez há uma necessidade dos professores aprofundarem nos estudos sobre os documentos legais e dos conhecimentos teóricos específicos da área para a concretização desses princípios; além disso, há necessidade de investimentos em formação, recursos materiais e estruturais. Mesmo assim, vemos várias iniciativas considerando as interações e brincadeiras, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, no planejamento das atividades e na organização dos espaços, buscando modificar a perspectiva de escolarização”.

Participante D: “Não, ela projeta uma realidade. Para que seja realizada essa realidade projetada por ela é necessário outros suportes de tempo, espaço, material humano, essas demandas variam de CREI para CREI. NO caso no CREI que eu trabalho, por exemplo entre outras coisas é necessário ter espaço físico, nosso CREI é um prédio adaptado, o chão ou é cerâmica ou é cimento. Como por exemplo trabalhar as transformações das plantas de forma vivencial em um espaço que não existe plantas e árvores. Como trabalhar diferentes solos? Podemos ficar peritos em cimento, concreto mas em diversidade de solo não. Para uma proposta vivencial tudo é experimento e tudo é pedagógico desde o prédio, esse é um velho porém presente problema que teremos que ultrapassar. Como garantir o direito a expressão em salas super lotadas? Como garantir uma escuta sensível, uma documentação mais científica e reflexiva para uma professora com uma jornada diária de 10h de trabalho? Para ser materializado pontos da BNCC é preciso além das professoras compreenderem esse documento terem condições de realizar. Isso demanda uma reformulação do currículo não apenas o documental mas o currículo vivencial”.

Participante E: “Que instituições você se refere? Particulares ou públicas? O que vejo em minha cidade Santa Rita é que as instituições particulares não vivenciam a “aplicação” da BNCC, já às Instituições públicas municipais de minha cidade estão tentando aplicar essas normas em nossos centros de Educação Infantil, não sei como está sendo aplicado no ensino fundamental”.

Participante F: “Ainda não, precisa-se de mais formação”.

Participante G: “Não”.

Analisando estas respostas, podemos perceber que a BNCC ainda não condiz com a realidade vivida nas instituições por diversos motivos, entre eles: investimentos em formação, espaço físico (principalmente) e materiais. Destacamos a resposta da Professora D onde faz o desabafo a respeito da sua realidade, que é a realidade de muitas outras instituições, a superlotação nas salas de aula, jornada grande de trabalho, falta de compreensão do documento e falta de espaço físico. A falta do espaço físico já é suficiente para a não

execução de muito que há na Base, é dever do Estado oferecer condições de tempo, espaço e recursos econômicos.

(...) lembramos que muitos aspectos são fundamentais para a implantação de uma Base Nacional Comum Curricular: a equipe de profissionais (professores, coordenadores, diretores); o número de crianças pelas quais cada professor é responsável; a relação com as famílias e com a comunidade; a estrutura física, os brinquedos, os materiais pedagógicos, livros infantis etc. (BARBOSA *et al.*, 2016, p. 26).

Sobre o que irá acontecer agora que não tinha antes, as participantes responderam:

Participante A: “Não consigo responder com precisão, mas na minha opinião, a BNCC trouxe uma grande discussão e curiosidade para os profissionais da Educação. E isso é bom! Essa vontade de se apropriar do “nosso” desse “nosso” jeito de olhar a criança, dos direitos da importância do brincar”.

Participante B: “Neste momento atual desde que a Educação Infantil adentrou este documento legalizado, são as discussões nas esferas das políticas públicas que chegam nas instituições”.

Participante C: “Como já sinalizei antes, os princípios da BNCC educação infantil estão fundamentados nas DCNEI, o que traz de modificações é a forma de sistematização como os campos de experiências, antes as diferentes linguagens; a divisão da faixa etária por grupos – bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas – antes era creche e pré-escola e quais objetivos de desenvolvimento e aprendizagem para cada grupo; ênfase nos direitos de aprendizagem – brincar, participar, conhecer-se, expressar, conviver e explorar, que estão baseado no art. 4º, quando fala que a criança é sujeito histórico e de direitos em que “interage brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói saberes sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Além disso, traz um apontamento sobre a transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, mostrando uma continuidade, ajuda a refletir sobre o processo de escolarização/letramento, mas também pode direcionar a pensar em uma avaliação baseada em conteúdos/fichas, o que a criança tem que “atingir” para ir ao ensino fundamental.”

Participante D: “No nosso CREI ainda trabalhávamos com as linguagens (português, Matemática, ciências...) cada uma um dia na semana. Agora não tem mais isso. Havia um tempo para a "atividade pedagógica" e ela era a que se trabalhava com papel, hoje compreendemos as vivências pedagógicas e elas podem ser de diversos tipos, lugares diferentes e materiais diversos. A criança tinha que aprender (a letra A, E, I, O, U...) hoje podemos ouvir mais e construir juntos conhecimentos”.

Participante E: “Bem, na minha prática que era totalmente tradicional (eu falava, eu sabia de tudo, eu mandava em tudo),

as crianças apenas obedeciam e recebiam o que eu tinha para apresentar, coisa que não acontece mais em minhas práticas”.

Participante F: Não respondeu.

Participante G: “A garantia dos direitos das crianças, a ludicidade será mais enfatizada”.

Analisando as respostas das participantes sobre o que a BNCC trouxe de novo, podemos perceber que falam sobre a BNCC trazer mais discussões para a educação, os campos de experiências, as divisões das faixas etárias, apontamentos sobre a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, possibilidades de lugares e formas de se trabalhar, rompe com o tradicionalismo onde o/a professor/a é detentor/a do saber e o fato da ludicidade estar chamando mais atenção. Destacamos a fala da Participante C, pois mostra estar bastante inteirada, o que é bom e de extrema importância. Chamamos a atenção também para a fala da Participante E, que conta a sua realidade vivida e bem comum em muitas instituições.

Sobre como a instituição onde as participantes trabalham está se apropriando da BNCC, elas responderam que:

Participante A: “Através de leituras, formação, grupos de estudos”.

Participante B: “Realizando formações com os professores pela Secretaria de Educação de Bayeux. Embora muitos professores na minha instituição não se apropriaram da mesma. Por ainda terem um olhar assistencial sobre o olhar pedagógico”.

Participante C: “Estamos nos apropriando através da leitura da BNCC, da literatura que discute questões relacionadas a BNCC, da participação de fóruns temáticos, FEIPB e encontros sobre educação infantil”.

Participante D: “Desde dos debates iniciais da BNCC estamos nas reuniões pedagógicas estudando juntas, houveram formação por parte da Coordenação da Educação Infantil e participamos do Fórum temático promovido pela professora Ana Luisa. Por ser a noite as professoras e a gestora sempre que podem participam”.

Participante E: “O CIEI onde trabalho desde o ano de 2018 que estamos tentando e aplicando o que sugere a BNCC, temos estudado este documento em nossos planejamentos e tentando aplicar os direitos de aprendizagem em nossas práticas pedagógicas e confesso que tem sido maravilhoso e principalmente temos visto o desenvolvimento de nossas crianças acontecerem de forma maravilhosa é surpreendente.”

Participante F: “Sim, através de formação e leituras”.

Participante G: “Através de rodas de conversa e formações e reuniões pedagógicas”.

As respostas sobre como seus locais de trabalho estão se apropriando da BNCC são bastante positivas, as participantes falam que as instituições estão realizando formações, estudos, leituras do documento, reuniões pedagógicas e participação nos Fóruns Temáticos.

Questionadas se o município no qual elas trabalham realizou/está realizando algum tipo de formação a respeito da BNCC e qual, as participantes responderam que:

Participante A: “Sim, desde 2017 as formações vêm sendo baseada na BNCC, em todas as etapas da Educação Básica”.

Participante B: “Realizou formação nos anos de 2018, 2018 e 2019, pela Secretária de Educação de Bayeux, entretanto pouco se reflete nos planejamentos coletivos na instituição. Os planejamentos são direcionados pelas datas comemorativas”.

Participante C: “Está sim. Como trabalho na Secretaria de Educação, estamos realizando formação continuada desde 2017 até o momento com as professoras do município, em que discutimos sobre as DCNEI, a BNCC, em seus aspectos legais e as possibilidades de efetivação nas práticas pedagógicas, através de estudos teóricos e discussões de práticas e organização/execução de seminário sobre a educação infantil para o compartilhamento de experiências a partir do conhecimento sobre os documentos legais”.

Participante D: “Sim, houve um seminário em 2019 e vem acontecendo formações com essa temática.”

Participante E: “Sim. Iniciou-se as conversar sobre a BNCC em 2017 com o PNAIC e também tivemos formações na secretaria de educação tratando sobre a BNCC”.

Participante F: “Sim, um seminário”.

Participante G: “Sim”.

Como já foi dito neste trabalho, a formação continuada tem uma importância inquestionável, ela leva o profissional a um processo de aperfeiçoamento. É através das pesquisas, estudos, projetos, congressos, cursos, oficinas e reflexões que vão está deixando a/o professora/or informados e atualizados das tendências educacionais. Através da formação, a/o professora/or irá melhorar seu conhecimento profissional e prática docente. Investir na formação de professoras/es é pensar na qualidade da educação.

Em especial, destacamos a urgência em melhorar a formação inicial de professores, para atuar nessa primeira etapa da Educação Básica, uma vez que muitos cursos de Pedagogia ainda não dão a devida atenção a ela, e também a necessidade de se promover oportunidades de formação continuada que possibilitem que os docentes ampliem seus conhecimentos e reflitam sobre a sua prática pedagógica (BARBOSA et al., 2016, p. 26-27).

Por fim, foi perguntando as participantes como os Fóruns Temáticos têm contribuindo para formação delas, e responderam que:

Participante A: “Vejo o Fórum Temático como um espaço rico de Formação Continuada. Ele tem ajudado para meu crescimento profissional, não só o meu, mas de vários outros profissionais do meu município, até aqueles que não vem, mas de alguma forma conseguimos repassar, multiplicar, compartilhar e conhecimento. Sinto a necessidade de estar com outros professores discutindo, aprendendo, ouvindo, compartilhando sobre a docência, aqui talvez seja o único espaço para muitos de nós. Outro fator importante é a credibilidade que o grupo e a instituição tem”.

Participante B: “Reflexão diária sobre minha prática. Conhecimento é poder. Os fóruns trouxeram muitos questionamentos no campo da Ed. Infantil, é riquíssimo de saberes”.

Participante C: “Os Fóruns Temáticos contribuem para a ampliação do meu conhecimento sobre a Educação Infantil, (re)afirmando alguns conhecimentos aprendidos, tirando da zona de conforto em outros, enfim, ajudando a compartilhar experiências e aprendizagens”.

Participante D: “Nos fóruns podemos sugerir temas e com isso estudamos o que estamos realmente precisando, sempre tem um especialista apresentando a temática, mas em seguida é aberto o debate. Nesse momento podemos argumentar, fazer perguntas, expor nossa realidade e refletir juntas de forma crítica. Podemos também conhecer outros trabalhos de colegas da rede ou da grande João Pessoa, isso oxigena minha prática, me dá um ânimo por me compreender, pertencente a um coletivo que luta por melhorar nosso fazer. O fórum também oferece subsídios teóricos e práticos para potencializar meu dia a dia”.

Participante E: “A princípio os Fóruns me fez ver que a BNCC não foi algo que surgiu agora, algo novo, revolucionário, e sim, que já existia documentos oficiais que respaldam, que já havia precedentes para o que temos hoje na quarta atualização da BNCC. E também tem me ajudado nas minhas práticas pedagógicas, onde eu tinha convicção que era impossível uma criança desenvolver habilidades através de brincadeiras, hoje vejo na prática que estava totalmente errada, isso não quer dizer que eu tenha abolido a prática de atividades no caderno (em folhinhas etc), mas antes de chegarmos na “folhinha” as interações, as brincadeiras, o lúdico tem sido apresentado e vivenciando pelas crianças”.

Participante F: “Os fóruns foram de extrema importância para mim, participo desde 2018 e sempre me instigou a pesquisar mais e mais. Gostaria que houvesse mais no ano de 2020, excelente organização do evento, os professores palestrantes foram muito bons e acrescentaram muito na minha formação como professora”.

Participante G: “O fórum temático ampliou meus conhecimentos a respeito da BNCC, sobre o como trabalhar,

como pensar na ludicidade, com a roda de conversa após as palestras conseguimos mostrar nosso lado (a realidade vivida) e as palestrantes me fez refletir sobre a melhoria da minha prática. Muitas vezes chegava cansada do trabalho, mas gostava muito de participar pois meu conhecimento dobrou, foi uma verdadeira formação”.

Com estas respostas ficamos bastante felizes e satisfeitas em saber que os Fóruns realmente contribuíram para a formação destas e outras/os professoras/es e conseguimos alcançar os nossos objetivos. Cada colaborador/a deste evento foi de suma importância para que chegássemos neste resultado, desde a coordenação que sempre pensou em tudo, desde os estudos ao acontecimento dos fóruns; as/os palestrantes com toda a boa vontade de apresentar as temáticas e que com toda certeza ampliaram os conhecimentos de todas/os participantes; os/as bolsistas (onde me encaixo) que participaram dos estudos, organização do evento com elaboração do banner de divulgação, inscrições, organização nos dias dos fóruns, elaboração e envio dos certificados; e aos voluntários e colaboradores que participaram dos estudos prévios aos fóruns e organização do evento.

Ao final do ano de 2019 realizamos uma pesquisa com as/os participantes dos fóruns e pedimos para que avaliassem o evento e obtivemos respostas bastante positivas.

Participante 1: “Parabéns a equipe pela dedicação com os fóruns temáticos, os conteúdos foram muitos bons, adquirir muitos conhecimentos, aprendi bastante, e que a cada dia a um mundo diferente na vida de cada criança e como está preparado para receber os mesmos no ambiente escolar, por isso sempre é bom está participando desses encontros, desde de já muita gratidão”;

Participante 4: “Excelente, palestrantes competentes com informação garantida sobre o conteúdo especificado”;

Participante 7: “De grande relevância para a educação” (Relatório PROLICEN, 2019).

Desta forma, acreditamos que trilhamos o caminho certo ao longo desses anos, e que pudemos contribuir com a ampliação dos conhecimentos das/os professoras/es e estudantes.

Concluimos que as expectativas das participantes para este novo documento são muitas, elas esperam que se tenha “um novo olhar pedagógico, que iram estimular o protagonismo das crianças” (Participante F), porém ainda há lacunas a serem conquistadas “(...) Ainda está em processo, uma vez há

uma necessidade dos professores aprofundarem nos estudos sobre os documentos legais e dos conhecimentos teóricos específicos da área para a concretização desses princípios; além disso, há necessidade de investimentos em formação, recursos materiais e estruturais...” (Participante C) e “Para que seja realizada essa realidade projetada por ela é necessário outros suportes de tempo, espaço, material humano, essas demandas variam de CREI para CREI (...)” (Professora D), mas as questões de conhecimentos podem mudar através de “(...) leituras, formação, grupos de estudos” (Participante A). A BNCC é um documento plural, que traz diversos benefícios para as crianças, entre eles, “(...) uma nova forma de ensinar, com mais qualidade, o lúdico deve estar sempre em constante movimento com as atividades” (Participante F), sabemos que o novo é um desafio, mas que devemos enfrentar “a BNCC trouxe uma grande discussão e curiosidade para os profissionais da Educação” (Participante A).

Entendemos que a/o Professora(or) precisa se adequar as mudanças, buscando formações, leituras e rodas de conversa que amplie os conhecimentos, pois sabemos que a BNCC ainda não está clara “A BNCC na Educação Infantil é bem resumido os seus objetivos nos campos de experiência. Sendo necessários estudos de outros documentos para compreendê-las melhor” (Participante B).

Por fim, compreendemos que os Fóruns Temáticos foram de suma importância como formação continuada para essas participantes, “Os Fóruns Temáticos contribuem para a ampliação do meu conhecimento sobre a Educação Infantil, (re)afirmando alguns conhecimentos aprendidos, tirando da zona de conforto em outros, enfim, ajudando a compartilhar experiências e aprendizagens” (Participante C), tentamos fazer com que todos pensassem a respeito de sua prática, refletindo e instigando a melhoria “Reflexão diária sobre minha prática. Conhecimento é poder. Os fóruns trouxeram muitos questionamentos no campo da Ed. Infantil, é riquíssimo de saberes” (Participante B).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso abordou o tema dos saberes das/dos professoras/es sobre a Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil, e teve como objetivo analisar os conhecimentos, olhares e conhecimentos das participantes que mais frequentaram os Fóruns Temáticos nos anos de 2018 e 2019, visto que a BNCC é um documento normativo para as redes públicas e privadas, ela tem referência obrigatória para a elaboração de proposta de currículos para a Educação Infantil e já está homologada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) desde o ano de 2017 e até 2020 já deveria estar implementada nas escolas.

Inicialmente, apresentamos uma breve explanação acerca da história da Educação Infantil, do seu surgimento com as “mães mercenárias”, maternais, creches e jardins de infância, até a homologação de documentos importantes para a efetivação dessa etapa da educação. Entre eles: a Constituição Federal (CF) de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, o Referencial Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 1999/2009.

Em seguida discutimos sobre o currículo na EI à luz dos teóricos: Amorim (2011); Kramer (1986 E 2006); Moreira e Candau (2007); Nascimento (2015); Silva (2010). Apresentamos sobre como começou a se pensar no currículo, sua importância e o sentido etimológico da palavra. Discutimos também a respeito das DCNEI (2009) e seus princípios essenciais que serviram de fundamento para a BNCC (2017), pois evidenciam um trabalho com as crianças nas instituições educativas que respeitam os ritmos e saberes infantis.

Abordamos ainda sobre a Base Nacional Comum Curricular (2017) para a Educação Infantil que tem um caráter normativo visando estabelecer a qualidade na educação básica brasileira. Explanamos sobre sua construção, importância, implementação, críticas, direitos de aprendizagem e campos de experiências.

Quanto aos objetivos específicos delineados para o presente trabalho, foi possível alcançá-los mediante a análise do questionário respondido pelas participantes. Nossa busca e inquietação a respeito dos saberes das/dos

professoras/es sobre a BNCC para a EI nos possibilitou identificar diferentes olhares, conhecimentos, opiniões, críticas, relatos e vivências. Durante a análise de dados, podemos constatar questões sobre currículo e sua importância, as DCNEI e conhecimentos específicos da BNCC. Sabe-se que esses conhecimentos são de suma importância e que é possível obtê-los através de estudos, formações, reuniões pedagógicas etc.

Como já foi dito neste trabalho, a formação continuada é um processo de aperfeiçoamento docente, com o objetivo de assegurar uma educação efetiva promovendo aprendizagens significativas, consequentemente melhorias no serviço de educação oferecido às crianças.

As entrevistas nos revelaram que as participantes estão inteiradas no que se diz respeito ao currículo e a BNCC. As participantes entendem a importância deste documento para a Educação Infantil, que por ser um documento de caráter normativo significa que tem uma força de regra e obrigatório, o que cabe a elas estar por dentro dessas normas para que os direitos das crianças sejam garantidos de forma plena.

Em relação ao terceiro objetivo específico deste trabalho, “Investigar como os Fóruns Temáticos têm contribuído para a formação das/dos professoras (es)”, obtivemos resultados bem positivos. De acordo com as respostas das participantes constatamos que os Fóruns Temáticos nos anos de 2018 e 2019 foram “um espaço rico de Formação Continuada” (Participante A), ampliação de conhecimentos, foi lugar de “compartilhar experiências e aprendizagens” (Participante C), ofereceu “subsídios teóricos e práticos para potencializar” (Participante D) o dia-dia das/dos participantes, ajudou as/os professoras/es a repensar sua prática e como pensar a ludicidade.

Sobre o quarto objetivo específico que foi “Compreender se e como está sendo executada a BNCC na instituição das/dos professoras/es”, tivemos respostas positivas. As participantes falaram que a BNCC está sendo executada nas instituições, “Estamos nos apropriando através da leitura da BNCC, da literatura que discute questões relacionadas a BNCC, da participação de fóruns temáticos, FEIPB e encontros sobre educação infantil”(Participante C), porém ainda existem lacunas relacionadas a realidade vivida, pois “(...) Ainda está em processo, uma vez há uma necessidade dos professores aprofundarem nos estudos sobre os documentos legais e dos conhecimentos teóricos específicos

da área para a concretização desses princípios; além disso, há necessidade de investimentos em formação, recursos materiais e estruturais (...)” (Participante C).

Talvez sejamos suspeitas para falar da importância do Projeto PROLICEN em nossa vida e na vida das/dos participantes. O projeto “Fóruns Temáticos sobre Educação Infantil” mudou completamente nossa trajetória na Universidade, através dele foi possível compreender melhor o que realmente significa a Educação Infantil e a BNCC e suas importâncias para que se tenha uma educação de qualidade e digna para as crianças.

Em relação à importância para as participantes, vimos “de perto” muitas delas realmente interessadas, tirando suas dúvidas, pedindo dicas do como fazer em sala de aula, o que usar e como se comportar diante a realidade, vimos chegarem cansadas, porém com sede do aprendizado, os fóruns instigavam a conhecer mais sobre essa etapa da educação tão importante. Que este projeto tão importante possa ser conservado realizando essa formação continuada, alcançando um público cada vez maior e que possamos mais uma vez ser participante agora como colaboradora.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para novas discussões teóricas e práticas em relação aos conhecimentos das/dos professoras/es sobre a BNCC para Educação Infantil, não apenas na UFPB ou no Projeto Fóruns Temáticos.

Desse modo, não sendo nossa pretensão encerrar discussões acerca desse tema, pretendemos levar de alguma forma para uma futura pós-graduação, é pertinente considerar a importância desta investigação, uma vez que a compreensão deste documento é de extrema importância para uma educação básica de qualidade.

7. REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luísa Nogueira de. **Sobre educar na creche: é possível pensar currículo para crianças de 0 a 3 anos?** 2011. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4727>> Acesso em: 14 fev. 2020.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira *et al.* O que é básico na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil? **Debates em Educação**, Maceió, v.8, n.16, p.11-28, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2492/2131>> Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>> Acesso em: 09 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998. Acesso em: 27 nov. 2019.

_____. **Lei Nº 8.069**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: DOU, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 28 nov. 2019.

_____. Educação Infantil e Propostas Pedagógicas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 1998.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/pol_educ_infantil.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. BNCC e Educação Infantil: quais as possibilidades? **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p. 353- 366, jul./dez. 2015

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em aberto/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v. 18, n. 73. Brasília, jul. 2001. Pag.12

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. Processo histórico da educação infantil no Brasil: educação ou assistência? In: **Anais do XII Congresso Nacional de Educação** - EDUCERE, Curitiba, PR, PUC/PR, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernadete. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>> Acesso em: 09 mar. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, Marcia Aparecida. Entreatos: Precisamos de BNCC ou seria melhor contar com a base? A Base Nacional Comum Curricular de Educação Infantil. in: **Debates em educação**. Maceió, 2016, 8(16). Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2401/2138>> Acesso em: 13 fev. 2020.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KRAMER, Sonia. **O papel social da pré-escola pública**: contribuições para o debate. Cadernos de Pesquisa. v. 58. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, agosto de 1986. (77-81).

_____. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006.

KUHLMANN JR., Moisés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org). **Educação da Infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30 (Coleção educação contemporânea)

_____. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 5-18, 2000.

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera. **Indagações sobre Currículo:** currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR on-line**, 2009; p. 78-95.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 17 mar. 2019.

RIZZO, Gilda. **Creche:** organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Berrand Brasil, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** Uma introdução às teorias de Currículo. 3. ed. São Paulo: Editora Autêntica. 2010. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/teoriasdecurriculo/home/livro>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

8. APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Professor(a) _____

Esta pesquisa é sobre “Os saberes das/dos professoras(es) sobre a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil” que está sendo desenvolvida por Renata Suzana Ribeiro de Araújo, estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim.

O objetivo do estudo é analisar de que maneira a BNCC para a Educação Infantil está sendo compreendida, o olhar, posições das/dos professoras(es) que mais frequentaram os Fóruns Temáticos sobre Educação Infantil nos anos de 2018 e 2019.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos envolvidos no estudo.

Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Nome completo do(a) participante: _____

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

RG: _____

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora responsável:

Renata Suzana Ribeiro de Araújo - (83) 9 9696-2697

APÊNDICE B**QUESTIONÁRIO****Parte I - Perfil do (a) Docente****Sexo:**

() feminino () masculino

Idade:

() Entre 20 e 30 anos () Entre 30 e 40 anos () Entre 40 e 50 anos

() Entre 50 e 60 anos

Formação acadêmica:

() Ensino médio

() Superior Completo. Curso: _____

() Superior incompleto

() Pós graduação. Curso: _____

Município de atuação: _____

Qual a sua função:

() professora () gestora () outra. Qual? _____

Qual a faixa etária da sua turma na educação infantil? -

Tempo de atuação profissional:

() 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 20 anos () 20 a 30 anos

() mais de 30 anos

Parte II – Questões

1. O _____ que _____ você _____ entende _____ por
currículo? _____

2. Qual a importância do currículo para você?

3. O que é a BNCC e qual a importância deste documento para a educação

4. Já possuía conhecimentos prévios sobre a Base Nacional Comum Curricular antes de participar dos Fóruns Temáticos?

5. Quais as implicações da BNCC para a sua atuação pedagógica

6. O que a BNCC traz de benefício para as crianças?

7. No documento está claro o que trabalhar?

8. A BNCC condiz com a realidade vivida nas instituições?

9. O que irá acontecer agora que não tinha antes?

10. Como a instituição onde você trabalha está se apropriando a BNCC?

11. O município no qual você trabalha realizou/está realizando algum tipo de formação a respeito da BNCC? Qual?

12. Como os Fóruns Temáticos têm contribuindo para sua formação?
